

12 NOV 1993

A MERCANTIL

GAZETA MERCANTIL



Falta de quórum impede Congresso de votar destaques e bicameralidade

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Fracassou ontem a tentativa do presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), de concluir a votação do projeto de resolução que definirá o regimento interno da revisão constitucional. A falta de quórum não permitiu sequer que fosse apreciado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), que defende as votações bicamerais para a assembléia revisional. Ele deveria ser votado antes dos 716 pedidos de destaques apresentados ao projeto. Uma nova sessão foi convocada para a próxima terça-feira.

Enquanto não for concluída a votação do regimento interno, o Congresso Nacional não poderá dar início aos prazos para a apresentação de emendas de mérito ou mesmo começar as discussões de matérias da revisão constitucional.

O líder do PMDB, deputado Germano Rigotto (RS), não acredita que o novo atraso na votação do regimento interno vá alterar significativamente o calendário dos trabalhos revisionais. "O mais importante já conseguimos. Quebramos a paralisação e aprovamos o substitutivo encaminhado pelo relator, deputado José Luiz Clerot (PMDB-PB). Agora, tere-

mos pela frente apenas mais duas votações", avalia o deputado.

Rigotto trabalha com a possibilidade de o Congresso votar na próxima terça-feira, ou no mais tardar, quarta-feira, o parecer da CCJ — que, na sua opinião, acabará sendo rejeitado, prevalecendo as votações unicamerais — e depois um requerimento para apreciação em bloco dos destaques apresentados ao regimento interno. A partir da conclusão da votação do regimento interno, o líder do PMDB adianta que o próximo passo das lideranças partidárias deverá ser no sentido da definição de uma agenda mínima para a assembléia revisional.

"Meu empenho maior a partir da votação do regimento será para definir uma agenda mínima para a revisão", enfatiza também o líder do PSDB na Câmara, deputado José Serra (SP).

O líder do PSDB no Senado, senador Mário Covas (SP), disse ontem que ficaria satisfeito se as votações da revisão tivessem início até o dia 2 de janeiro. Já o deputado Luiz Eduardo Magalhães (BA), líder da bancada pefelista na Câmara, admite até que possa haver uma coincidência entre o final da CPI e as votações da revisão, mas diz que não apoiará um adiamento proposital dos trabalhos revisionais.